

BOLETIM

# ADUNICAMP

http://www.adunicamp.org.br e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 24 09/11/98

## *Ninguém vai dizer basta?*

Valério José Arantes\*

*“Olho para esses competidores obsessivos que pululam pelas universidades, sindicatos e outras instituições, e não posso deixar de ver neles figuras sonambúlicas e socialmente supérfluas.”*

*Régis de Moraes*

Faz muito tempo que uma imensa parcela desarmada de nossa população, vem sendo esmagada por leis impostas por grupos econômico-políticos que defendem seus próprios interesses, hoje, “liderados” por um presidente que se esconde atrás de uma falsa importância.

Conseguiram dilapidar uma boa parte do patrimônio de nossa nação, sem nem mesmo amenizar os sintomas gerados por uma administração incapaz (ou sem intenção), de criar um programa econômico eficiente perante a situação mundial.

No entanto, a crise contínua que envolve a sociedade brasileira, inclusive as universidades nos níveis de ensino, pesquisa e extensão, não fica restrita à questão financeira decorrente da atual redução de gastos.

Estamos inseridos numa atmosfera muito mais ampla de desintegração social que tem afetado diretamente nossa comunidade científica, com a valorização de uma competitividade doentia, que incentiva a autonomia de indivíduos ou pequenos grupos com uma sede insaciável de poder.

Alguns manifestam-se agindo conforme uma amoralidade mais assustadora do que a violência de psicopatas, devorando canibalisticamente os próprios colegas, provavelmente influenciados por nossos antepassados antropófagos que devoraram o bispo Sardinha.

Confundem quantidade com qualidade, esquecendo que as grandes obras da humanidade nem sempre foram concluídas prematuramente (vide Darwin e Freud).

Grandes quantidades de artigos são exibidos vaidosamente por seres humanos enclausurados em suas salinhas, distantes de um inter-relacionamento (eu-tu) através do verdadeiro diálogo, incapazes de ouvir alu-

nos, colegas e até os próprios filhos, esquecendo com a ajuda da racionalização (mecanismo de defesa do ego) que o ser antecede o fazer e o ter.

Com certeza fui privilegiado por ter conhecido alguns educadores de verdade, que apesar de raras publicações, souberam semear em muitos corações e mentes, princípios e valores, que direcionavam as pessoas para metas de invejável maturidade e capacidade profissional.

Atualmente nos encontramos envolvidos pela lógica dos absurdos: iludidos por “Brastemps” que enferujam ao sair da garantia; proliferação de impostos, multas e pedágios que nos roubam mais do que os ladrões e criminosos, que apenas nos cobram em sangue o que lhes foi negado em direitos; convênios médicos que nos cobram por fora quando mais precisamos; intransigência dos colegas em congregações, que não atendem nossas mais simples solicitações; filas de bancos e trânsito congestionado; e uma série infindável de situações que desrespeitam a nossa dignidade.

Em função da preservação da espécie, a natureza apresenta extremos de crueldade e aparente egoísmo, porém, nós humanos nos orgulhamos de um sentimento denominado compaixão (estar com o outro), considerado inerente a nossa espécie, e necessário para uma convivência social saudável.

A interpretação simbólica da realidade efetuada pela nossa capacidade intelectual (percepção), nem sempre implica em questionamentos crítico-reflexivos, capazes de fundamentar uma ação que transforme concretamente a realidade num mundo melhor.

Mas, se nos unirmos para dizer um **BASTA** em uníssono, assim permanecendo até as últimas consequências em defesa de nossos direitos, com certeza teremos mais possibilidades de colocar limites no autoritarismo do poder público; ou então... **SALVE-SE QUEM PUDE!**

**COMPAREÇA À ASEMBLÉIA GERAL :  
DIA 11/11/98, 4ª feira, às 12 horas, na Adunicamp**

\*Valério José Arantes é professor da Faculdade de Educação e diretor da Adunicamp.

I Ciclo de debates sobre trabalho, política sindical e projeto societário

Painel

### **TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

debatedores

➤ Osvaldo Coggiola (USP)

➤ Otaviano Canuto dos Santos Filho (UNICAMP)

**Dia 11 de novembro (quarta-feira), às 18h30, auditório da Adunicamp**

# Reforma da Previdência Social: como ficam os servidores públicos?

Carlos Simões\*

1. A votação de 04/11/98 da emenda constitucional, cujo projeto foi remetido pelo governo ao Congresso Nacional em 03/95, tornou praticamente definitivo o quadro de direitos previdenciários dos servidores públicos. Mas o texto aprovado ainda depende de uma nova votação na Comissão Especial e outra no Plenário. Prevê-se que a promulgação (ato do Presidente do Executivo) deve dar-se dentro de 15 a 20 dias e a publicação da lei pode ser no dia seguinte, quando entra em vigor.

2. Em termos práticos e resumidos, deve-se considerar três situações: do direito adquirido, da expectativa do direito e dos novos segurados.

2.1. Têm direito adquirido os segurados que, na data de publicação da lei, já cumpriram completamente as exigências legais para determinada aposentadoria, inclusive a proporcional, independentemente de terem ou não protocolado o respectivo pedido junto ao órgão público. Por exemplo, se uma professora tem comprovadamente mais de 25 anos de tempo de serviço, adquiriu direito de se aposentar pela proporcional, mesmo que a requeira após a vigência da nova lei, porém limitada à contagem do tempo nessa data. Se quiser incluir tempo posterior, entrará nas regras da transição, abaixo. Se um professor já tem 30 anos de magistério ou 35 de serviço em atividade ordinária, antes da nova lei, poderá reque- rer o benefício antes ou depois da lei.

Estão totalmente protegidos, inclusive quanto ao valor integral de seus proventos.

2.2. Expectativa de direito têm os que estiverem cumprindo aquelas exigências legais, mas não completamente, no momento em que entrar em vigor a nova lei (exemplo: uma professora com 24 anos de magistério comprovado para aposentadoria integral especial ou um professor com 29 anos de tempo de serviço ordinário para a proporcional) (OB. Inexiste proporcional na aposentadoria especial).

Entram nas regras de transição e, por isso, pagam um "pedágio". Até à data da nova lei, as exigências serão as das leis anteriores que vigoraram até então;

após, são as daquelas regras. Salvo especificidades, aqui incabíveis, o tempo de serviço será contado pelo de contribuição e será acrescido, para a aposentadoria ordinária, do pedágio de 20% do tempo que faltar para a completa aquisição do direito; e, ainda, ter 48 anos de idade (mulher) ou 53 (homem). Para a aposentadoria proporcional (com 25 anos de tempo de contribuição (mulher) ou 30 (homem) no mínimo), o pedágio é de 40%. Inexiste regra para a hipótese de atingir o tempo de contribuição, mas ainda não o da idade. Entendemos que deve parar de contribuir, embora tenha trabalhado, até atingir a idade.

O tempo de serviço em atividades especiais será contado proporcionalmente, na base de 1.10, 1.20 ou 1.40, conforme o grau de insalubridade, periculosidade ou penosidade, a ser atestada por laudo.

O projeto previa um teto de 1.200,00 com um re- dutor de 30% para o excedente. O governo só conseguiu aprová-lo para o setor privado. A forma de cálculos dos proventos dos servidores públicos ainda vai ser fi- xada (discute-se um teto de R\$ 10.800,00 ou 12.720,00). Porém, a alíquota da contribuição mensal deverá au- mentar em mais 9% dos ativos (total 20%?) e os inati- vos passariam a contribuir com 11%. A propósito, lem- bramos que, na votação de 06/98, a Câmara manteve o valor integral das aposentadorias.

Foi aprovada a exigência de carência de 10 anos de efetivo serviço público e 5 no cargo em que o servi- dor pretende aposentar-se.

2.3. Os novos segurados são os que se tornarem servi- dores já na vigência da nova lei. O seu tempo de serviço será contado como tempo de contribuição. Não terão direito à proporcional e a especial do magistério fica res- trita ao que se costuma denominar de primeiro e segun- do graus, mesmo assim com a exigência de 55 anos de idade e 30 de magistério (homem) ou 50 e 25 respecti- vamente (mulher).

Na aposentadoria ordinária a idade mínima ficou de 60 anos (homem) e 55 (mulher).

\*Carlos Simões é advogado da Adunicamp.

## Informe

### Clarice Coração Selvagem

A atriz Aracy Balabanian estará no próximo dia 12 de novembro, quinta-feira, às 21 horas, no Centro de Convivência, com seu espetáculo 'Coração Selva- gem', em sessão especial para professores da Unicamp. Os ingressos custam R\$ 10,00 e podem ser adquiridos na Adunicamp ou na bilheteria do teatro, mediante apresentação de identificação funcional.

## Informe

Barracão Teatro da Cooperativa Paulista de Teatro apresenta o espetáculo

### NINGUÉM

Direção: Tiche Vianna  
Dias: de 13 a 29 de novembro  
Horário: 6ª e sábados às 21h e domingos às 20h  
Informações e reservas: tel. (019) 289-0301

## Seminário Plano Nacional de Educação

A Adunicamp organizou, juntamente com a Oficina de Criatividade em Educação (de Hortolândia), com o apoio da pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário e do STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp), o seminário 'Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira'. O evento ocorrerá no próximo dia 14 de novembro, a partir 8h30, no auditório da Adunicamp.